



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

**Processo nº** 10.221/2016e – C

**Jurisdicionada:** Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal

**Assunto:** Licitação (HOMOLOGAÇÃO SUSPensa )

**Valor estimado:** R\$ 8.125.000,00

**Ementa:** Pregão Eletrônico pelo Sistema de Registro de Preços nº 306/2016, lançado pela Secretaria de Estado de Saúde, tendo por objeto a “*aquisição de materiais odontológicos (kits de higiene bucal) para atender as necessidades da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF, conforme especificações e quantitativos constantes no Anexo I do Edital.*”. **Decisão nº 1725/2016:** conhecimento do edital, expedição de determinações à jurisdicionada, especialmente quanto à abstenção de homologação do certame até ulterior manifestação do Tribunal. **Representação** formulada por empresa vencedora de um item. Porém, inabilitada por não atender aos termos do edital. **Decisão nº 2773/2016:** conhecimento da Representação. Expedição de determinações à jurisdicionada. **Nesta fase:** análise do atendimento das diligências e do mérito da Representação. **Corpo Técnico:** em exame das informações apresentadas, sugere que o Tribunal considere atendidas as diligências e improcedente a Representação, autorizando a homologação de certame e o consequente arquivamento dos autos. **VOTO convergente**, com ajuste redacional.

## RELATÓRIO

Tratam os autos da análise do edital de Pregão Eletrônico, pelo SRP nº 306/2016, cujo objeto consiste em registro de preços para aquisição de materiais odontológicos (kits de higiene bucal) para atender as necessidades da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF, conforme especificações e quantitativos constantes no Anexo I do Edital.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

O tipo de licitação é o menor preço por item, composto por 3 itens, conforme especificações e quantitativos constantes do Anexo I do Termo de Referência – TR (anexo ao edital), tendo o aviso de licitação sido publicado no Diário Oficial do Distrito Federal do dia 01.04.2016, pág. 54, com data de abertura das propostas realizada no dia 13.04.2016, às 9h.

Por meio da Decisão nº 1725/2016, o Tribunal tomou conhecimento do Edital de Pregão Eletrônico nº 306/2015 e determinou à jurisdicionada e à Pregoeira responsável que encaminhe ao Tribunal, em até 5 dias da realização do pregão, cópia da ata e demais documentos que demonstrem o resultado do certame, para que a Corte verifique se os preços ofertados pelas licitantes vencedoras estão compatíveis com os valores de mercado, tendo em vista a impropriedade identificada no orçamento estimativo.

Ademais, o Tribunal determinou que a jurisdicionada se absteresse de homologar a licitação até ulterior manifestação da Corte.

Entrementes, a empresa Seletiva Brasil Comércio de Alimentos Ltda. interpôs Representação, cujos termos assim foram sintetizados pelo Corpo Técnico na Informação nº 142/2016 - 4ª DIACOMP:

*“Conforme Documento protocolado junto a este Tribunal (e-doc.: 8A41D575-c), a Empresa Seletiva Brasil Comercio de Alimentos Ltda. alega possível irregularidade quanto à sua inabilitação no Pregão Eletrônico nº 306/2015 – SES/DF.*

*Preliminarmente, cabe esclarecer que, mediante o item II-B da Decisão nº 1725/2016 (e-DOC.: 5E9CD232-e), o TCDF determinou à Jurisdicionada abster-se de homologar a licitação até ulterior manifestação.*

*Nos termos da Representação, a Empresa sagrou-se vencedora para o item 3 do referido Pregão Eletrônico, tendo ofertado o menor lance. No entanto, foi inabilitada por suposta violação aos termos editalícios, em face do não atendimento do Capital Social exigido.*

*A Representante alega que a exigência de Capital Social mínimo em valores elevados não se compatibiliza com o resguardo trazido pela Lei Complementar nº 123/2006, aplicável a microempresas e empresas de pequeno porte.*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU**

*Conforme alegações, ainda, empresas recém-constituídas se deparam com dificuldades de ordem prática para cumprimento das exigências habilitatórias de regularidade econômico-financeira, especialmente quanto à apresentação de balanço patrimonial do último exercício social, uma vez que tais empresas possuem tempo de atividade inferior a um ano – o que não deve restringir a sua participação em certames licitatórios, conforme entendimento Jurisprudencial. A Representante anuncia, nesse contexto, que é uma empresa recém constituída (no ano de 2015) e que, portanto, ainda não possui balanço do último exercício financeiro.*

*Diante do exposto, a Representante solicita que seja revertida a decisão que ocasionou a sua inabilitação, para que seja declarada vencedora do item 3 da licitação, razão pela qual solicita medida cautelar nesse sentido. Sobre isso, entende-se que a cautelar solicitada resta prejudicada em face da situação em que se encontra o certame (homologação suspensa até ulterior manifestação da Corte), bem como pelo fato de que a edição de cautelar, no caso, se confunde com o próprio exame de mérito da Representação em voga.*

Ato contínuo, a Corte, mediante a Decisão nº 2773/2016, conheceu a Representação, concedeu à jurisdicionada o prazo de 5 dias para se manifestar sobre os termos da inicial e a alertou para somente homologar o certame após a deliberação do Tribunal.

Assim, em atendimento ao *decisum*, a Secretaria de Saúde prestou os esclarecimentos que entendeu pertinentes, como se infere do Ofício nº 337/2016-SES (e-DOC 2CAB19B4-c).

No que diz respeito ao cumprimento do item II, alínea “a”, da Decisão nº 1725/2016, a jurisdicionada encaminhou o Ofício nº 393/2016, acompanhado de documentos (e-DOC nº FFB76EF2-c).

Portanto, **nesta fase**, examina-se o mérito da Representação, bem como o atendimento da Decisão nº 1725/2016.

Em análise, o Corpo Técnico, por meio da Informação nº 181/2016 - 4ª DIACOMP, em razão dos esclarecimentos prestados pela SES/DF, concluiu pela improcedência da Representação. Ademais, quanto à comprovação de que os valores ofertados pelas empresas vencedoras dos itens 1, 2 e 3, apresentou valores compatíveis



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

com os de mercado, sugeriu a autorização da homologação do procedimento licitatório e o consequente arquivamento destes autos.

É o relatório.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

## **VOTO**

Tratam os autos da análise do edital de Pregão Eletrônico, pelo SRP nº 306/2016, cujo objeto consiste em registro de preços para aquisição de materiais odontológicos (kits de higiene bucal) para atender as necessidades da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF, conforme especificações e quantitativos constantes no Anexo I do Edital.

Nesta fase, analisa-se o atendimento às determinações contidas na Decisão nº 1725/2016, bem como o mérito da Representação interposta pela empresa Selevita Brasil Comércio de Alimentos Ltda,

Com efeito, a Decisão nº 1725/2016, item II, alínea “a”, determinou à jurisdicionada e à pregoeira responsável que *encaminhem ao Tribunal, em até 5 dias da realização do pregão, cópia da ata e demais documentos que suportem o resultado do certame, esclarecendo que esta Corte verificará se os preços ofertados pelas licitantes vencedoras encontram-se compatíveis com os valores de mercado, tendo em conta a impropriedade identificada no orçamento estimativo*. Neste sentido, visando atender ao *decisum*, a pregoeira encaminhou o Ofício nº 393/2016, acompanhado de documentos (e-DOC nº FFB76EF2-c).

De sorte que, ao examinar os esclarecimentos (compatibilidade dos preços ofertados pelas licitantes vencedoras com os de mercado), o Corpo Técnico, mediante a Informação nº 181/2016 - 4ª DIACOMP, sugeriu à Corte que considere atendida a diligência, autorize a homologação do certame e o arquivamento dos autos.

Por outro lado, no concernente ao mérito da Representação, a instrução propôs a sua improcedência, pelas razões adiante reproduzidas:

### **DO MÉRITO**

*7. Inicialmente, a pregoeira apresentou as mensagens eletrônicas enviadas na sessão pública do pregão, e argumentou que a empresa Seletiva Brasil Comércio de Alimentos Ltda. encaminhou ao Tribunal os trechos que mais lhe é conveniente, e que a documentação de habilitação apresentada durante a sessão não coincidem com a encaminhada a este Tribunal, anexa à Representação.*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU**

8. *No que se refere à questão atacada pela Representante, atendimento do Capital Social exigido, tem-se que o edital, em seu Capítulo 08 – Da Habilitação, item 8.2.2, inciso IX, alínea “c”, disciplina que nos casos dos licitantes que apresentarem resultado menor ou igual a 1 (um), em qualquer um dos índices contábeis deveriam comprovar capital social ou patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor total estimado para o (s) item (ns) cotado (s) constante do Anexo I, que deveria recair sobre o montante dos itens que pretendiam concorrer.*

9. *No presente caso, a requerente classificou-se em primeiro lugar para o item 03 – KIT DE HIGIENE BUCAL. Para esse item estimou-se a quantidade de 500.000 unidades, com valor de referência de R\$ 10,2750, totalizando o valor do item 3 em R\$ 5.137.500,00. Dessa forma, a representante teria que apresentar Capital Social ou Patrimônio Líquido de 10% sobre o valor de R\$ 5.137.500,00, ou seja, o valor de R\$ 513.750,00, já que a qualificação econômico-financeira da empresa apontou índice igual a 1(um) para todos os índices. Segundo a pregoeira, essa exigência está em consonância com a Lei Nº 8.666/1993; Decisão Nº 5.876/2010<sup>1</sup> deste Tribunal e do Acórdão Nº 1214 do Tribunal de Contas da União.*

10. *A pregoeira, então, ao verificar as informações quanto ao Capital Social e Patrimônio Líquido da empresa, constatou o valor de R\$ 150.000,00, não sendo compatível com os 10% do valor total estimado do item 3, R\$ 513.750,00, tendo inabilitada a empresa Seletiva Brasil por não ter atendido esse quesito.*

11. *No que tange ao fato de a empresa não possuir o balanço do último exercício financeiro, essa questão está pacificada nesta Casa sob a égide da Decisão Nº 6458/2005<sup>2</sup>, que permite a apresentação do balanço de abertura em casos de empresas recém constituídas, o que foi considerado pela pregoeira.*

12. *Conforme se verifica das mensagens registradas na Ata de Realização do PE Nº 306/2016, a questão recai não no fato do balanço que foi apresentado não ser do último exercício ou ser o de abertura, mas por não atender ao Patrimônio Líquido no valor de R\$ 513.750,00 correspondente a 10% do valor estimado do item 3, ao qual a empresa é concorrente. Outrossim, a pregoeira verificou, também, que a empresa não atendeu a comprovação da exigência de capital social mínimo no valor de R\$ 513.750,00, conforme Alteração contratual de nº 03 Consolidada.*

---

<sup>1</sup> O Tribunal, por maioria, de acordo com o voto da Relatora, decidiu: (...) a) a exigência de comprovação de patrimônio líquido ou capital social constante do item 7.2.2-X-c do edital deve recair sobre o total dos itens que a empresa licitante pretenda concorrer, em consonância com o item 6.17.1 do edital;

<sup>2</sup> b) ajuste o item 5.2.4., V, do edital para que as empresas constituídas no ano corrente apresentem balanço de abertura, como forma de satisfazer a exigência para qualificação econômico-financeira, em atendimento ao disposto no art. 31, inciso I, da Lei nº 8.666/93, que veda a substituição do balanço por balancetes ou balanços provisórios;



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

**GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU**

*13. Quanto à alegação de que a pregoeira não abriu prazo para apresentar qualquer outra documentação, como o balanço parcial já do ano de 2016, temos a registrar que tal alegação não corresponde com as mensagens registradas na sessão pública de abertura do certame. Verificamos na Ata de Realização do PE Nº 306/2016 que a pregoeira enviou 5 mensagens à empresa Seletiva Brasil, no dia 24/05/2016, no horário de 11:01 a 11:18 sobre a exigência da comprovação do capital mínimo ou patrimônio líquido no valor de R\$ 513.750,00 sem qualquer manifestação por parte dessa empresa. Conforme estabelece o § 3º do art. 31<sup>3</sup>, essa comprovação deveria ser feita relativamente à data da apresentação da proposta. Além disso, a apresentação do balanço parcial, já do ano de 2016, fere, frontalmente o art. 31, inciso I, da Lei Nº 8.666/93, que veda a substituição do balanço por balancetes ou balanços provisórios.*

*14. Importante registrar que se trata de Empresa de Pequeno Porte – EPP, conforme registro do SICAF, e-DOC nº 74F708E8-e, portanto, há que ser observada a Lei Nº 4.611/2011, que Regulamenta no Distrito Federal o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais de que trata a Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, as Leis Complementares nº 127, de 14 de agosto de 2007, e nº 128, de 19 de dezembro de 2008, e dá outras providências.*

*15. Oportuno registrar que a participação da empresa Seletiva Brasil neste certame somente foi possível, tendo em vista tratar de edital amplo, ou seja, não está direcionado único e exclusivamente às EPP's, uma vez que o valor estimado para este certame, R\$ 5.137.500,00, ultrapassa o valor de R\$ 80.000,00 estabelecido no art. 254 da Lei Nº 4.611/2011.*

*16. Contudo, a exigência do capital social mínimo ou patrimônio líquido no percentual de 10% do valor total estimado para o item cotado, previsto no item 8.2.2, inciso IX, alínea “c”, não consta entre os benefícios que a empresa Seletiva Brasil gozaria do tratamento favorecido, diferenciado e simplificado previsto nos arts. 17 ao 24 da Lei Nº 4.611/2011, ou seja, permanecendo, assim, a obrigatoriedade do cumprimento dessa regra editalícia.*

*17. Por fim, a pregoeira informou que a segunda colocada para o item 03, Alg Brasil Comércio e Indústria de Produtos Ltda. – ME, cobriu o preço da empresa Seletiva Brasil Comércio de Alimentos Ltda.*

*18. Assim sendo, o objeto do PE nº 306/2016 foi adjudicado à empresa Alg Brasil, e será declarada vencedora do certame, em observância ao que determina o art. 4º, inciso XVI da Lei Nº 10.520/2002.*

---

<sup>3</sup> Art. 31. A documentação relativa à qualificação econômico-financeira limitar-se-á a:

(...) § 3º O capital mínimo ou o valor do patrimônio líquido a que se refere o parágrafo anterior não poderá exceder a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta, na forma da lei, admitida a atualização para esta data através de índices oficiais.





**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU**

Técnica.

Nesse diapasão, não vislumbro razões para dissentir da Unidade

Realmente, o item 8.2.2 do Edital, estipula o seguinte:

*IX - Balanço Patrimonial e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentadas na forma da Lei devidamente registrados, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.*

*a) as empresas constituídas no ano em curso poderão substituir o balanço anual por balanço de abertura, devidamente autenticado pela Junta Comercial;*

*b) a boa situação financeira da empresa será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG) e Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG), resultantes da aplicação das seguintes fórmulas:*

$$\begin{aligned} & \text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO} \\ \text{LG} = & \frac{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}{\text{ATIVO CIRCULANTE}} \\ \text{LC} = & \frac{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}{\text{ATIVO TOTAL}} \\ \text{SG} = & \frac{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}} \end{aligned}$$

*c) As licitantes que apresentarem resultado menor ou igual a I (um), em qualquer um dos índices acima, deverão **comprovar capital social ou patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor total estimado para o(s) item(ns) cotado(s) constante do Anexo I, que deverá recair sobre o montante dos itens que pretenda concorrer.** A comprovação deverá ser feita quando da habilitação, apresentando o balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da Lei devidamente registrados ou pelo Registro comercial, ato constitutivo, estatuto ou contrato social, conforme estabelecido no inciso XII deste subitem. (conforme Decisão nº 5876/2010-TCDF); (negritei)*

Observe-se, que, a teor da regra editalícia acima transcrita, as empresas concorrentes deveriam apresentar capital social ou patrimônio líquido de 10% do valor estimado para o item cotado, ou seja, R\$ 513.750,00. Para o item 3 (objeto da Representação) estimou-se a quantidade de 500.000 unidades, com valor de referência de R\$ 10,2750, **totalizando o valor de R\$ 5.137.500,00** (ver Anexo II





**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

“Planilha Consolidada de Preços de Mercado” – fls. 397/398 do Processo nº 060.006.385/2014 – e-DOC 8EBE9770-e). No caso vertente, a empresa Representante classificou-se em primeiro lugar.

Encerrada a etapa competitiva, a Sra. Pregoeira, ao examinar a documentação da empresa Representante, teceu as seguintes considerações, *verbis*:

*“Pregoeiro 24/05/2016 Para SELETIVA BRASIL COMÉRCIO DE ALIMENTOS – EPP - Senhor Licitante, considerando que essa empresa apresentou todos os índices igual a 1 (um) SG=1.00; LG= 1.00 e LC=1.00 e apresentou capital social no montante de R\$ 150.000, 00 (cento e cinquenta mil reais) e também encaminhou Balanço Patrimonial em 24/07/2015 registrando o valor de R\$ 150.000,00, não atendendo o requisito exigido no Edital que deveria ser de R\$ 5.137.500,00 \*0,1 = 513.750. Sendo assim, a empresa será inabilitada em face do não atendimento do capital social que é de R\$ 513.750”. (negritei).*

Ora, considerando que o Capital Social da Representante é de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), conforme se constata da Cláusula Terceira (alteração contratual nº 3, anexada à Representação – e-DOC 8A41D575-c), e o capital social ou patrimônio líquido de 10% do valor estimado para o item cotado é de R\$ 513.750,00, imperiosa a inabilitação da licitante, por desatender à condição posta no edital. Vale destacar o disposto no art. 41 da Lei nº 8.666/93, *verbis*:

*Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.*

Dos termos acima dispostos, o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, o qual tem por norte estabelecer as regras da licitação que, não havendo cláusulas írritas (nulas ou abusivas), tornam-se inalteráveis durante o procedimento licitatório. Segundo Hely Lopes Meirelles<sup>4</sup>:

---

<sup>4</sup> Citado por Henrique Savonitti Miranda. *In Licitações e Contratos Administrativos*. Alurus editora. 2012, pág. 33)



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU**

*Nem se compreenderia que a Administração fixasse no edital a forma e o modo de participação dos licitantes e no decorrer do procedimento ou na realização do julgamento se afastasse do estabelecido, ou admitisse documentação e propostas em desacordo com o solicitado. **O edital é a lei interna da licitação**, e, como tal, vincula aos seus termos tanto os licitantes como a Administração que o expediu. (negritos do original).*

Portanto, não constato a ocorrência de abusividade no já mencionado item do edital, notadamente porquanto há precedente desta Corte para que a exigência de comprovação de patrimônio líquido ou capital social recaia sobre o total dos itens que a empresa licitante pretenda concorrer (Decisão nº 5876/2010).

Ademais, a Representante alega que não teve oportunidade para apresentar qualquer outra documentação, como o balanço parcial até do ano de 2016. *Data venia*, não é o que se colhe das mensagens registradas na sessão pública do certame.

Neste sentido, estou de acordo com o Corpo Técnico ao afirmar que *na Ata de Realização do PE Nº 306/2016 a pregoeira enviou 5 mensagens à empresa Seletiva Brasil, no dia 24/05/2016, no horário de 11:01 a 11:18 sobre a exigência da comprovação do capital mínimo ou patrimônio líquido no valor de R\$ 513.750,00 sem qualquer manifestação por parte dessa empresa. Conforme estabelece o § 3º do art. 31<sup>5</sup>, essa comprovação deveria ser feita relativamente à data da apresentação da proposta. Além disso, a apresentação do balanço parcial, já do ano de 2016, fere, frontalmente o art. 31, inciso I, da Lei Nº 8.666/93, que veda a substituição do balanço por balancetes ou balanços provisórios.*

Ademais, o fato de a Representante ser Empresa de Pequeno Porte – EPP não significa, por si só, que o item do Edital que exige capital social mínimo ou patrimônio líquido no percentual de 10% do valor total estimado para o item cotado, ilide o direito da licitante de gozar de tratamento favorecido, diferenciado e

---

<sup>5</sup> Art. 31. A documentação relativa à qualificação econômico-financeira limitar-se-á a:  
(...) § 3º O capital mínimo ou o valor do patrimônio líquido a que se refere o parágrafo anterior não poderá exceder a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta, na forma da lei, admitida a atualização para esta data através de índices oficiais.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

simplificado de que trata a Lei nº 4.611/2011<sup>6</sup>. Por isso, assiste razão à Unidade Técnica ao observar que *a participação da empresa Seletiva Brasil neste certame somente foi possível, tendo em vista tratar de edital amplo, ou seja, não está direcionado único e exclusivamente às EPP's, uma vez que o valor estimado para este certame, R\$ 5.137.500,00, ultrapassa o valor de R\$ 80.000,00 estabelecido no art. 25 da Lei Nº 4.611/2011.*

Diante do exposto, acolhendo os termos da instrução, **VOTO** no sentido de que o egrégio Tribunal:

I - tome conhecimento:

- a) dos Ofícios nºs 337/2016 e 393/2016, da Diretoria de Aquisições/Central de Compras/DAQ/CCOMP/SES/DF, e dos seus anexos (e-DOC's nºs 2CAB19B4-c e FFB76EF2-c); e
- b) da Informação nº 181/2016 (e-DOC nº F7A2EFD6-e);

II - considere:

- a) atendida a diligência determinada no item II, alínea "a", da Decisão nº 1.725/2016; e
- b) improcedente a Representação proposta pela empresa Seletiva Brasil Comércio de Alimentos Ltda;

III - autorize:

- a) a homologação do procedimento licitatório relativo ao Pregão pelo Sistema de Registro de Preços nº 306/2016, comunicando-se a jurisdicionada e a pregoeira responsável;
- b) o encaminhamento de cópia do Relatório/Voto e da Decisão que vier a ser proferida à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF e à empresa Representante; e

---

<sup>6</sup> Regulamenta no Distrito Federal o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais de que trata a Lei Complementar federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, as Leis Complementares nº 127, de 14 de agosto de 2007, e nº 128, de 19 de dezembro de 2008, e dá outras providências.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

**GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU**

- c) o retorno dos autos à Secretaria de Acompanhamento para os devidos fins, sem prejuízo de futuras averiguações.

Sala das Sessões, 02 de agosto de 2016.

**PAULO TADEU**  
**Conselheiro-Relator**